

REFORMA AGRÁRIA E PROCESSOS PRODUTIVOS NO ASSENTAMENTO CANAFÍSTULA, JACUÍPE, AL

LAND REFORM AND PRODUCTIVES PROCESS IN CANAFÍSTULA SETTLEMENT, JACUÍPE, AL

Alessandra Keilla da SILVA¹, Crisea Cristina Nascimento de CRISTO², Milena da Silva MEDEIROS³, Jakes Halan de Queiroz COSTA⁴, Cícero Ferreira de ALBUQUERQUE⁵, João Manoel da SILVA⁶.

Artigo recebido em 16/04/2020, aceito em 25/05/2020, publicado em 01/07/2020.

RESUMO

Palavras-chave:

*Agricultura familiar;
Assentamentos
rurais;
Cana-de-açúcar;
Composição familiar.*

A agricultura familiar expressa grande relevância para a economia do estado de Alagoas, porém o não acesso a extensão rural, assistência técnica e crédito condicionam os agricultores a reprodução de modelos de produção incompatíveis com suas unidades produtivas. Diante disso, objetivou-se por este trabalho analisar a produção agrícola dos agricultores familiares do assentamento Canafístula, localizado no município de Jacuípe-AL, bem como sua caracterização socioeconômica. Para tanto, fez-se uso das abordagens quali e quantitativas, por meio da pesquisa documental e bibliográfica e pela aplicação de entrevistas junto aos núcleos familiares. Por meio dos dados e informações coletados, foi possível verificar que o assentamento tem como forte característica a diversificação produtiva, no entanto é evidenciada forte presença do monocultivo da cana-de-açúcar que traz como reflexo a perda de autonomia das famílias, encarecimento dos custos de produção, o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, substituição e diminuição de áreas voltadas para culturas destinadas a alimentação das famílias e direcionadas as feiras. Ademais, ainda se observa forte influência do patriarcado, influenciando em certo apagamento da figura feminina, embora esta seja presente também nas tomadas de decisões e como proprietárias dos lotes. Esses dados são importantes para com a contribuição do desenvolvimento agrário da região, pois ainda é comum a reprodução de práticas agrícolas que não fomentam o pleno desenvolvimento dos assentamentos, especialmente no tocante da autonomia e identidade desses ambientes.

¹ Engenheira Agrônoma, Mestranda em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alesskeilla@hotmail.com.

² Técnica em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL (2016). Graduada em Agronomia, Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Servidora do Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici. E-mail: criseacncristo@gmail.com.

³ Técnica em Agropecuária pelo IFAL Campus Murici. Acadêmica em Psicologia UFAL. E-mail: milena_sm@hotmail.com.

⁴ Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0018-9646>. E-mail: jakes.jakes@gmail.com.

⁵ Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Centro de Ciências Agrárias. E-mail: ciceroalbuquerque@hotmail.com.

⁶ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Doutorando em Biotecnologia Agropecuária (Renorbio - UFAL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7654-5475>. E-mail: jm.agro@hotmail.com.

ABSTRACT

Keywords:

Family farming, Rural settlement, Sugarcane, Familiar composition.

Family farming expresses great relevance to the economy of the state of Alagoas, but the no access to rural extension, technical assistance and credit conditions, farmers to reproduce production models incompatible with their production units. Therefore, the aim of this work was to analyze the agricultural production of family farmers in the Canafístula settlement, located in the municipality of Jacuípe-AL, as well as their socioeconomic characterization. For this purpose, qualitative and quantitative approaches were used, through documentary and bibliographic research and through the application of interviews with family nucleus. Through the data and information collected, it was possible to verify that the settlement has a strong characteristic of productive diversification, however it is evidenced a strong presence of the sugarcane monoculture, which reflects the loss of family autonomy, higher costs production, the use of pesticides and chemical fertilizers, substitution and reduction of areas aimed at crops destined to the families food and directed to the fairs. Furthermore, there is still a strong influence of patriarchy, influencing a certain erasure of the female figure, although she is also present in decision-making and as owners of the lots. These data are important for the contribution of agricultural development in the region, as it is still common to reproduce agricultural practices that do not encourage the full development of settlements, especially with regard to the autonomy and identity of these environments.

1. INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura, trouxe consigo a ruptura de paradigmas com expressivas mudanças nas formas de interação da humanidade com a natureza e da agricultura familiar com os mercados. As transformações no setor agrícola do Brasil começam de forma profunda em meados dos anos 1960, colocando a agricultura familiar no Brasil, e no mundo, na periferia dos planos de desenvolvimento agrícola, mesmo sendo ela, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável por 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e empregando mais de 10 milhões de pessoas.

A modernização da agricultura pode ser compreendida como um processo que, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária em função da renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Esta modernização da agricultura é classificada como conservadora, pois mesmo com o incremento técnico para a superação e inovação, ela ainda condiciona a economia como periférica e com estruturas internas excludentes (concentração fundiária, concentração de renda superexploração do trabalho).

Nas últimas décadas, contudo, houve conquistas populares, protagonizadas por movimentos sociais do campo, para agricultura familiar por meio da reforma agrária. A reforma agrária seria uma ferramenta para a diminuição da miséria urbana, promotora de segurança para mudanças econômicas e tecnológicas, com efeito multiplicador de benefícios que possibilitaria mudanças efetivas como a modernização social e política.

A ocupação do território brasileiro desde a colonização foi intensamente marcada pela dualidade: de um lado os latifúndios representados principalmente pelas sesmarias que eram grandes propriedades voltadas ao regime de produção agroexportador, e do outro a ocupação por camponeses pobres que com

suas pequenas propriedades voltam sua produção para a subsistência e produção de alimentos para a colônia. Com a promulgação da lei de terras a propriedade privada ganhou contorno definitivo, a lei definiu quem tinha direito a terra colocando como proprietário os que já tinham ocupado a terra até então e declarando o excedente ao Estado (LINHARES; SILVA, 1981; MARTINS, 2004).

Com a proibição de novas ocupações de terras em 1950 crescem as reivindicações por terras no Nordeste, levando a promulgação do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 31/11/1964, Artº4) que legitimou o dualismo da formação agrária brasileira tipificando os estabelecimentos rurais em quatro categorias: o latifúndio, empresas rurais, propriedades familiares e minifúndios. Já no período de governo ditatorial militar (1964-1984) com o modelo de modernização aumenta-se ainda mais a concentração fundiária (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

O agricultor familiar representa uma parcela da categoria social de campesinato, e ganha destaque pela Lei da agricultura Familiar (Lei nº 11.326/06). De acordo com a Lei, o agricultor familiar é aquele que atenta em suas práticas na atividade rural: detenha até 4 módulos fiscais; utilize mão-de-obra predominantemente familiar nas atividades do estabelecimento; renda familiar originada predominantemente das atividades econômicas de seu estabelecimento e dirija seu estabelecimento com sua família (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Alagoas, que tem um cenário rural marcado pela produção da cana-de-açúcar, onde a cultura corresponde 60% da produção agrícola do estado (ALAGOAS, 2016). Neste contexto, a agricultura familiar alagoana busca ferramentas para a manutenção das suas unidades familiares. O assentamento Canafístula é um exemplo de como os agricultores e agricultoras reagem às condições impostas no contexto canavieiro para a sobrevivência das suas famílias e de seus modos produtivos.

Em outra via, encontra-se ainda a questão de que os modelos tradicionais exploratórios de cultivo ainda são preservados, fazendo com que assentamentos como o aqui estudado, não consigam construir uma identidade com base nos preceitos da agricultura familiar, onde, devido à maioria dos assentados serem ex-funcionários de grandes latifúndios canavieiros, os mesmos reproduzem, mesmo que não em sua totalidade, a produção monocultivista e comercializando seus produtos à valores mínimos, o que reflete também na renda total dos assentados.

Nessa perspectiva, o estudo desses caracteres é um passo fundamental para compreender o porquê de que agricultores que já sofreram as violências do campo oriundas do trabalho canavieiro exploratório ainda permanecem na reprodução de tais práticas mesmo após assentados constitucionalmente instituídos.

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar os processos sociais e da produção agrícola dos agricultores familiares do assentamento Canafístula, bem como levantar dados sobre a organização da produção agrícola das unidades familiares, considerando as influências socioeconômicas e culturais da implementação da monocultura da cana-de-açúcar para agricultura familiar.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Assentamento Canafístula, localizado em Jacuípe, Zona da Mata Norte de Alagoas. Com a finalidade de trazer o caráter de complementariedade a pesquisa munuiu-se dos enfoques qualitativo e quantitativo. As abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa, utilizam diferentes métodos, formas e objetivos, nesse sentido, a coleta de dados se deu a partir de três etapas.

A primeira etapa se deu com contato com associação de moradores do assentamento, para análise dos elementos históricos e compreensão do processo de formação do assentamento bem como suas principais características e atores sociais envolvidos desde sua fundação, nesta etapa utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental.

A segunda etapa se deu a partir de entrevistas aos núcleos familiares, a partir da aplicação de questionários estruturados (GIL, 2019), que tinham como objetivo a coleta de informações referentes aos lotes, composição familiar, aspectos produtivos de cada lote, destino da produção e problemas enfrentados pelas unidades familiares para manter sua produção e suas condições de vida.

Durante a terceira etapa foram realizadas visitas de campo em alguns lotes, com o objetivo de visualizar os aspectos produtivos dos lotes das famílias. A partir da pesquisa bibliográfica e coleta dos dados na comunidade foi possível analisar os resultados e responder os objetivos movidos pelas inquietações que suscitaram o estudo. Assim, findadas as três etapas, os dados foram devidamente tabulados e analisados por meio de planilhas no software Microsoft Excel, atribuindo porcentagem sobre a amostragem total para os dados quantitativos. Quanto aos dados qualitativos foi realizada interpretação, sendo cruzadas as informações obtidas nas entrevistas com bibliografia compatível e já publicada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização do Assentamento Canafístula

O assentamento Canafístula surge do processo de reivindicação das terras improdutivas da antiga Fazenda Canafístula, produtora de cana-de-açúcar e criação de gado. Protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no ano de 1998, o pleito pelas terras teve como principais atores trabalhadores da fazenda, acampados do MST e trabalhadores do corte da cana-de-açúcar residentes do município de Jacuípe. Com base no Plano Nacional da Reforma Agrária, ainda no ano de 1998, as pressões exercidas pelos trabalhadores e MST resultaram na compra e repasse dos lotes para as famílias.

O Assentamento Canafístula tem 45 lotes com áreas que variam de 5 a 12 hectares e todo o assentamento está situado em uma área de 386,61 hectares. Atualmente estão registrados junto ao Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 38 famílias. O assentamento conta com a Associação de Cooperação Agrícola dos Produtores Rurais do Assentamento Canafistula. Os assentados ainda não possuem o título da terra, bem como há 16 lotes que necessitam de vistoria para o repasse legal do lote.

Os assentamentos da reforma agrária têm o propósito de estabelecer mudanças sociais e econômicas a partir da redistribuição de terra. Alicerçando a agricultura familiar a um território, vários estudos (VINCIGUERA, 2014; SANTOS, 2017) vêm demonstrando diversas formas de adaptações desta categoria social aos contextos socioeconômicos das regiões que os assentamentos estão inseridos. Os moldes de produção, a inserção nos mercados e as formas de resistência para a reprodução e manutenção das unidades produtivas e das famílias são conduzidas conforme a exposição dos agricultores familiares a diferentes condicionantes como características edafoclimáticas, degradação do solo, escassez hídrica, pressões econômicas dos mercados, conflitos internos e externos etc.

No contexto do Assentamento Canafistula, os agricultores familiares apresentam características como baixa escolaridade, envelhecimento e masculinização, êxodo da população jovem da comunidade e ausência do poder público. No que diz respeito aos lotes, a produção é bastante diversificada (raízes, tubérculos, hortaliças, cereais, frutíferas, produção animal etc.) sendo possível observar múltiplas formas de cultivo (monocultivo, policultivo, cultivo orgânico e convencional).

3.2 Perfil dos entrevistados e do grupo familiar

Foram entrevistadas 23 pessoas representando seus respectivos núcleos familiares. Dos dados obtidos via entrevista (Tabela 1) 43,48% são do gênero feminino e 56,52% masculino, onde se autodeclararam negros 69,56% (sob a intitulação de termos como morenos, pardos, cor de canela) e brancos 30,43%. A faixa etária compreende, em sua maioria, entre 30 a 83 anos, com estado civil casado 73,91%, solteiro 8,69% e viúvo 17,39%. Quanto ao nível de escolaridade 34,43% são analfabetos, 52,17% possuem ensino fundamental incompleto, 8,69% possuem ensino fundamental completo e 4,34% ensino superior. Quanto a ocupação dos entrevistados, 21,73% se intitulam donas de casa, quanto às mulheres, e 73,9% agricultor familiar e 4,34% trabalhador rural (homens e mulheres).

Tabela 1 - Caracterização da composição familiar dos núcleos familiares do assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

Variáveis ¹		Total	
		Número de entrevistados	%
Gênero	Feminino	10	43,48
	Masculino	13	56,52
Estado Civil	Casado (a)	17	73,91
	Solteiro (a)	2	8,69
	Viúvo (a)	4	17,39
Faixa etária	30-40	4	17,39
	40-50	3	13,04
	50-60	6	26,08
	60-70	6	26,08
	70-80	2	8,69
	80+	2	8,69
Raça	Branco	7	30,43
	Negro	16	69,56
Escolaridade	A	8	34,78
	EFI	12	52,17
	EFC	2	8,69
	EMI	-	-
	EMC	-	-
	ES	1	4,34
Ocupação	Dona de Casa	5	21,73
	Agricultor (a)	17	73,9
	Trabalhador rural	1	4,34
Total de entrevistados		23	

¹ A= Analfabeto; EFI= Ensino Fundamental Incompleto; EFC= Ensino Fundamental Completo; EMI= Ensino Médio Incompleto; EMC= Ensino Médio Completo; ES= Ensino Superior.

Os assentamentos da reforma agrária estabelecem mudanças sociais e econômicas a partir da redistribuição de terra e alicerça a agricultura familiar a um território (VINCIGUERA, 2014; SANTOS, 2017), no entanto a baixa escolaridade, característica bastante comum nos assentamentos rurais, é um limitador para o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos assentados. O não acesso à educação implica numa condição de subordinação e afeta a tomada de decisões e construção da autonomia.

A educação é imprescindível para o fortalecimento cognitivo, cultural, psicológico e político dos indivíduos. Ao se permitir a inserção dos agricultores familiares e assalariados do campo vinculados ao meio rural na educação, cria-se a possibilidade de ampliação dos horizontes. Os entrevistados afirmam que sua baixa escolaridade é reflexo do pouco acesso quando crianças e jovens. A realidade do campo na juventude

era bem diferente e os abismos para chegar à cidade e conseguir estudar eram bem maiores. Atualmente, o assentamento conta com uma escola que, apesar da pouca estrutura, permite a alfabetização de jovens e adultos da comunidade, onde alguns dos entrevistados estudam. É importante entender quer:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade que tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindústria, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as floretas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo da educação (FERNANDES, 2008).

De acordo com os dados do IBGE (2010), no estado de Alagoas 48% dos agricultores responsáveis pelo lote eram analfabetos, 25% possuíam ensino fundamental incompleto, 15% sabiam ler e escrever, 5% com o ensino fundamental completo, 5% com ensino médio e apenas 2% com ensino superior. Esse quadro só será diferente após o entendimento da importância da educação do campo, entendendo o espaço rural como parte da sociedade e não como sobra das cidades (FERNANDES, 2008). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afirma que a educação tem o papel de realizar os processos formativos para o desenvolvimento da vida familiar, da convivência humana, do trabalho, das instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e de organização da sociedade e nas manifestações culturais. Portanto, é essencial a inserção das comunidades rurais nos processos proporcionados pela educação.

Como evidenciado pelos dados, a comunidade apresenta em sua maioria homens, reflexo da masculinização das atividades rurais que segundo Anjos (2003), subjugam as mulheres tanto por aspectos culturais onde a posse da terra é passada para o homem, ou ainda, por remanejar a mulher para atividades domésticas ou não reconhecer o trabalho exercido por ela no campo. A partir dos dados do INCRA, nota-se que no assentamento em 34 dos lotes os homens são cadastrados como beneficiários. Historicamente as mulheres têm o direito à terra negado, de 1964 a 1996 de todos beneficiários da reforma agrária apenas 12,6% eram mulheres. Quanto o cadastro junto ao PRONAF os homens representavam 81% e as mulheres apenas 7% (CUT, 1991). Devido a aspectos culturais, políticos e religiosos as mulheres são invisibilizadas. Agricultoras, ao mesmo tempo que tenham grande participação na produção agrícola, seu trabalho tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas formam um dos grupos mais esquecidos das políticas públicas (BRUMER; PAULILO, 2004).

O assentamento Canafístula é marcado pelo patriarcado e as mulheres têm pouco espaço para a deliberação das decisões da comunidade e no espaço familiar. Majoritariamente a figura masculina ocupa a posição de chefia das unidades familiares, principalmente pelo fato de os homens ocuparem o lugar do trabalho produtivo (aquele voltado as atividades no campo), enquanto as mulheres em sua maioria ocupam o espaço de trabalho reprodutivo (voltados para o cuidado e manutenção familiar), evidenciando assim uma marcada divisão sexual do trabalho.

Ainda pode-se perceber o envelhecimento dos assentados e os jovens e crianças tendem a ter mais dificuldades de se estabelecer nas comunidades rurais devido ao pouco acesso à ferramentas para o desenvolvimento pessoal, como educação, saúde, lazer, tecnologias etc., o que culmina no êxodo desta parte da comunidade para os centros urbanos em busca de melhora nas condições de vida. O êxodo rural traz como consequência na comunidade a não manutenção dos lotes pelos filhos e filhas dos assentados, fazendo com que existem lotes ociosos pelo falecimento dos titulares e, conseqüentemente, a perda dos conhecimentos e técnicas aplicados pelos camponeses ao campo passados de geração em geração.

No Brasil o processo de êxodo rural se intensificou sobretudo com a modernização da agricultura que, segundo Anjos (2003), as causas principais do êxodo rural devem ser buscadas, sobretudo na crise da agricultura familiar no contexto da modernização e dos efeitos diretos e indiretos que esta provoca. Assim, em meados dos anos 1960, opera-se a drástica substituição da pauta de produtos tradicionalmente gerados pelos agricultores (café, laranja, legumes, produtos da indústria doméstica rural etc.) no marco de uma atividade produtiva que tem, desde suas origens históricas e culturais, um caráter fortemente diversificado. Seu lugar passa a ser prontamente ocupado pelas monoculturas de alto valor comercial, fato este que inexoravelmente conduz à ruína uma grande proporção de unidades familiares de produção (ANJOS, 2003).

É importante destacar que o êxodo rural não traz conseqüências apenas para o campo. Em Alagoas o reflexo da expulsão das populações rurais tem conseqüências diretas no inchaço populacional da cidade de Maceió, que com o começo da introdução de novas tecnologias e expansão do setor canavieiro pelo Proálcool (1975-85) fez com que houvesse uma intensificação na migração da população rural para a capital. No ano de 1960 a população de Maceió era de 170.134 habitantes, em 1970 era de 269.415 habitantes e em 1980 passa a ter 409.191 habitantes (IBGE, 2010). As principais conseqüências do superpovoamento urbano devido ao êxodo rural são falta de estrutura com o aumento de favelas, aumento das taxas de desemprego e subempregos e aumento nas taxas de criminalidade (FONSECA et al., 2015).

Devido a sua localização e o contexto histórico do assentamento é possível constatar a presença do monocultivo da cana-de-açúcar nos lotes. Porém esta não é uma realidade apenas da agricultura familiar do assentamento Canafístula, segundo o Censo agropecuário de 2006, no Brasil a cana-de-açúcar é produzida por 158.523 estabelecimentos familiares (GOMES; FAVORETTO, 2014). Essa característica representa um certo comodismo dos agricultores para com a produção, onde preferem manter o que, cultural e historicamente, já se produzia naquela terra.

Segundo Schneider e Nierdele (2008), a produção familiar é assentada no trabalho da terra realizado pela família e na geração de produtos primários para a satisfação das necessidades do interior da propriedade, portanto, das necessidades do grupo familiar. Quando submetidos a pressões socioeconômicas externas, ocorrem transformações que comprometem as características originais do grupo.

Antes do estabelecimento do núcleo familiar no assentamento, 70% dos entrevistados exerciam trabalhos ligados ao corte da cana-de-açúcar e 30% eram ocupados em outras atividades como empregadas domésticas, vaqueiros, carpinteiros, roceiro, zelador etc. (Figura 1).

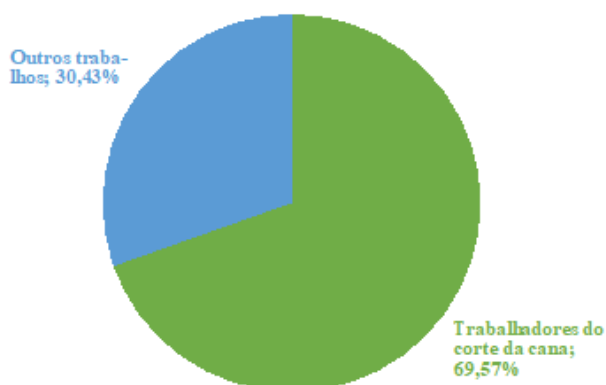


Figura 1 -Trabalhos exercidos pelos entrevistados antes do assentamento Canafístula, Jacuípe, Alagoas.

O assentamento Canafístula tem uma forte ligação com a cana-de-açúcar, sendo ela a segunda cultura mais produzida pelos agricultores, onde 73,91% dos lotes possuem plantação da cultura supracitada. Mas essa não é uma realidade apenas da agricultura familiar desse assentamento, segundo o Censo agropecuário de 2006, no Brasil a cana-de-açúcar é produzida por 158.523 estabelecimentos familiares (GOMES; FAVORETTO, 2014).

A subordinação da produção agrícola do assentamento Canafístula ao mercado canavieiro da região, torna a reprodução social das famílias dependentes do ciclo da cana-de-açúcar, e culmina em mudanças diretas nos moldes de produção de outras culturas, como o uso de agrotóxicos, modelos monoculturais de produção e uso de insumos externos para a adubação. A dependência financeira das agroindústrias sucroalcooleiras abrem abismos nas relações de trabalho e desvalorização dos produtos dos agricultores familiares. Visto que, 70% dos agricultores familiares outrora eram trabalhadores rurais do corte da cana-de-açúcar, agora sem nenhum vínculo empregatício trabalham para as usinas sem direitos, com a responsabilidade total dos custos para todo o processo de produção da cultura desde o plantio, colheita e transporte até a usina.

A depender dos contextos nos quais os agricultores familiares estão inseridos é possível observar mecanismos de adaptação distintos, esses podem ser positivo ou negativo para os agricultores familiares. Um exemplo de um convívio benéfico com a monocultura da cana-de-açúcar é evidenciado por Tomasetto, Lima e Shikira (2009), onde os autores analisaram que a cana-de-açúcar contribui para o desenvolvimento local do município de Capanema, Paraná, onde a produção do açúcar mascavo e demais produtos provenientes da

cana geram renda e contribuem para o desenvolvimento de pequenas unidades agroindustriais fortalecendo a autonomia das famílias. Já no contexto analisado por Perlisson (2016), em sua pesquisa sobre as alternativas da agricultura familiar frente a expansão da monocultura de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã-SP, revela que o avanço das monoculturas culminou num rearranjo socioespacial, desarticulação e redução da agricultura familiar, devido principalmente a substituição das culturas.

No assentamento Canafistula, um aspecto preocupante é a redução da área de produção das principais culturas destinadas a alimentação pela monocultura de cana-de-açúcar, que modifica completamente a dinâmica de produção do assentamento e afeta a oferta de alimentos. Essa substituição é condicionada por fatores: a) culturais, devido a íntima relação dos trabalhadores com os processos produtivos da cana-de-açúcar; b) degradação do solo, segundo os entrevistados há uma enorme dificuldade em algumas áreas para o estabelecimento de outras culturas pois o solo já está bastante degradado, sendo necessário o uso de insumos externos e um trabalho de recuperação, assim é optado pelos agricultores cultivar a cana-de-açúcar; c) ausência de extensão rural. Como os agricultores não são assistidos por políticas de assistência técnica, não tem orientação para tomadas de decisões essenciais para escolha do que produzir, alternativas para uso do solo e problemas relacionados a pragas e doenças.

O arranjo produtivo com a incorporação da cana-de-açúcar aos lotes, resulta no encarecimento da produção devido a compra de insumos externos, gastos com recursos humanos para plantio, colheita e transporte da cultura até a usina. E ainda há a perda de autonomia, visto que o mercado dita os preços da produção, fazendo com que por vezes seja oneroso financeiramente o plantio da cana-de-açúcar. Segundo os entrevistados, quando durante o ciclo da cana-de-açúcar não se teve as condições necessárias para manter a qualidade da produção, o que é obtido da venda à usina não é o suficiente para custeio de produção da cultura. Por vezes chega a endividá-los, pois, adquirem empréstimos bancários e não conseguem obter o lucro esperado para o pagamento da dívida.

Apesar do exposto acima, a produção dos lotes é bastante diversificada, onde há a produção de mais de uma cultura agrícola e animal. As culturas de maior expressão nas unidades familiares são macaxeira cultivada em 86,95% dos lotes, seguido de cana-de-açúcar (73,91%), banana (47,82%), coco (43,82%), criação de aves (39,13%), batata doce (34,78%), milho e coentro (30,43%), criação de gado, produção de inhame e feijão (26,08%), laranja (21,73%), abacaxi (13,04%), abóbora e criação de ovinos (8,69%), produção de alface, cebolinha, pastagem e criação de peixes (4,34%) e 4,34% não respondeu quanto a produção (Figura 2).

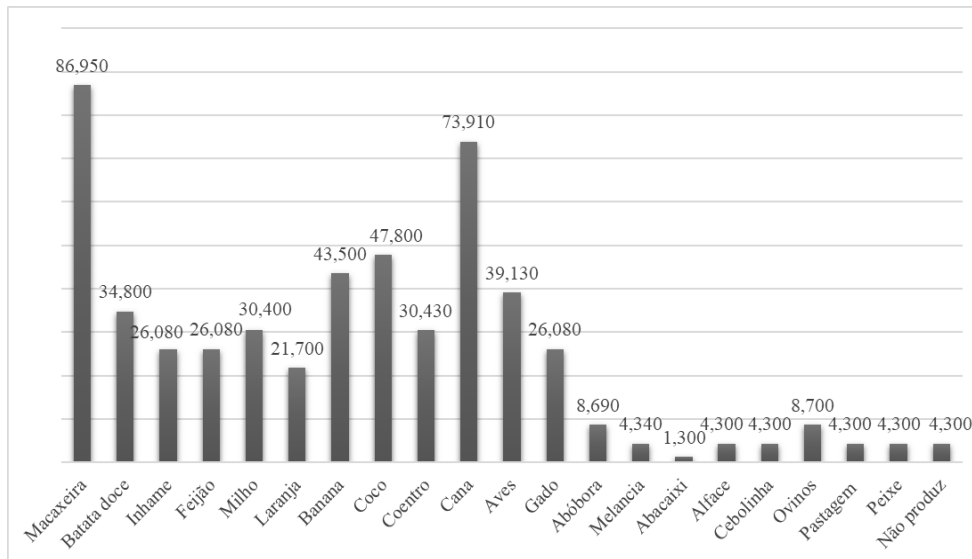


Figura 2 - Diversificação da produção (%) das unidades familiares do assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

Em Alagoas, a produção de arroz, feijão, mandioca e milho é responsabilidade quase que exclusivamente da agricultura familiar. Segundo o IBGE (2012), a produção de mandioca foi de 415.761 toneladas, milho de 142.565 toneladas e ovos 15.194.467 toneladas. Deste modo, a produção agropecuária do assentamento Canafistula demonstra, como no resto do estado, o grande potencial para a produção de alimentos e promoção de segurança alimentar por assentamentos rurais.

As modalidades de produção verificadas pela entrevista foram produção para subsistência (22%), comercialização (4%), comercialização e subsistência (70%) e lotes sem produção (4%), dados podem ser visualizados a seguir na Figura 3. A produção é destinada para a Usina no caso da cana-de-açúcar (41%), para a feira livre na cidade de Jacuípe (33%), para manutenção familiar como subsistência (12%), destinado à prefeitura do município de Jacuípe para alimentação escolar (7%), atravessador e vendas em domicílio (2%) e lotes sem produção (4%) (Figura 4).

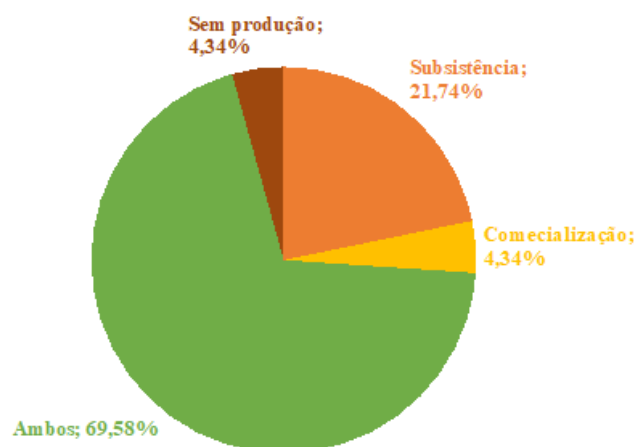


Figura 3 - Modalidade da produção das unidades familiares no assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas

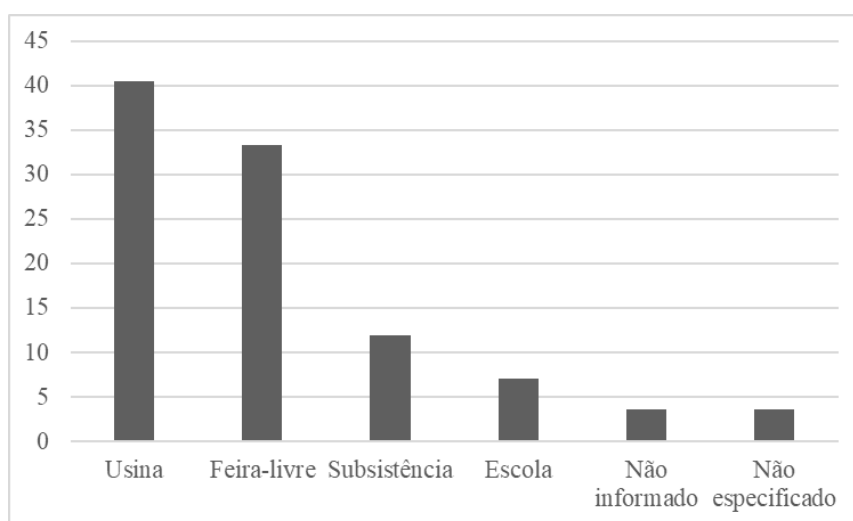


Figura 4 - Destinação (%) das culturas produzidas nas unidades familiares do assentamento Canafístula, Jacuípe, Alagoas.

Uma importante característica da produção do assentamento é justamente a forma como se produz o que se come, onde é possível identificar a reprodução do modo camponês de produzir, com sistemas baseados em policultivo com uso de poucos insumos externos e com grande diversidade de culturas sendo produzidas. Diferente da monocultura de cana-de-açúcar, que o manejo é estritamente convencional, as culturas que são base para alimentação são produzidas por uma parcela de 52,17% das unidades com insumos orgânicos, onde 47,82% utilizam sistemas baseados em policultivo, como também observado e discutido por Carvalho et al. (2019). A manutenção da unidade familiar, propriedade da terra e os recursos econômicos, são as feiras livres. A construção de redes de mercados próximos são importantes ferramentas para a geração de renda que garante a reprodução social da agricultura de base familiar.

A diversificação da produção e a incorporação de parte da produção ao mercado canavieiro são estratégias de dinamização da produção da propriedade e garantia de renda com o conjunto do que é produzido na unidade. Veras (2011), ressalta que o setor da agricultura familiar enfrenta problemas históricos, sendo um deles o crescimento à margem da produção sucroalcooleira. Com terras inapropriadas para a produção que são direcionadas para políticas de reforma agrária resultam em índices baixos de produtividade e problemas de incorporação modelos produtivos próprios para a agricultura familiar.

Os arranjos produtivos das unidades familiares podem ser classificados em: reprodução do monocultivo apenas na cana-de-açúcar e policultivo nas culturas destinadas a alimentação (subsistência e/ou escoada para feiras livres) (Figura 5).

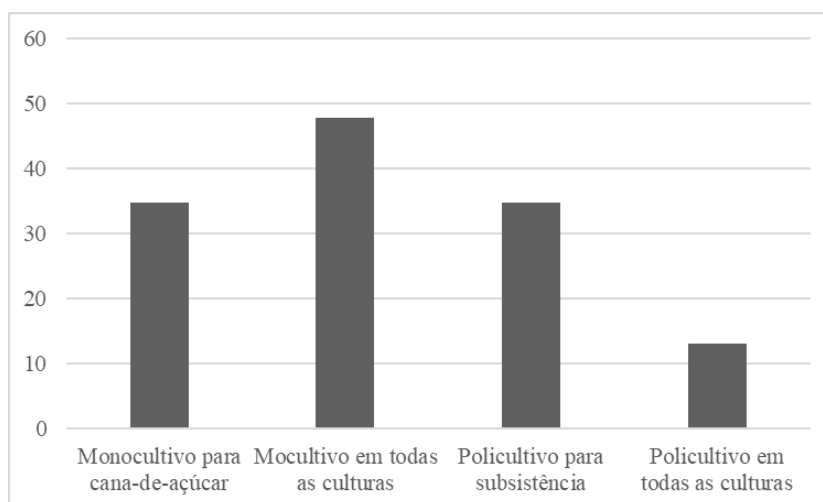


Figura 5 -Tipificação (%) dos cultivos das unidades familiares do assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

Quanto aos sistemas de produção encontrados nas unidades produtivas constam o convencional e o orgânico, sendo o sistema convencional em todas as culturas produzidas expresso em 47,82% das unidades, o sistema convencional reproduzido apenas na cultura da cana-de-açúcar em 30,43%, o sistema orgânico em toda as culturas reproduzidas por 37,78% dos lotes e o orgânico apenas nas culturas destinadas à subsistência por 17,39% (Figura 6).

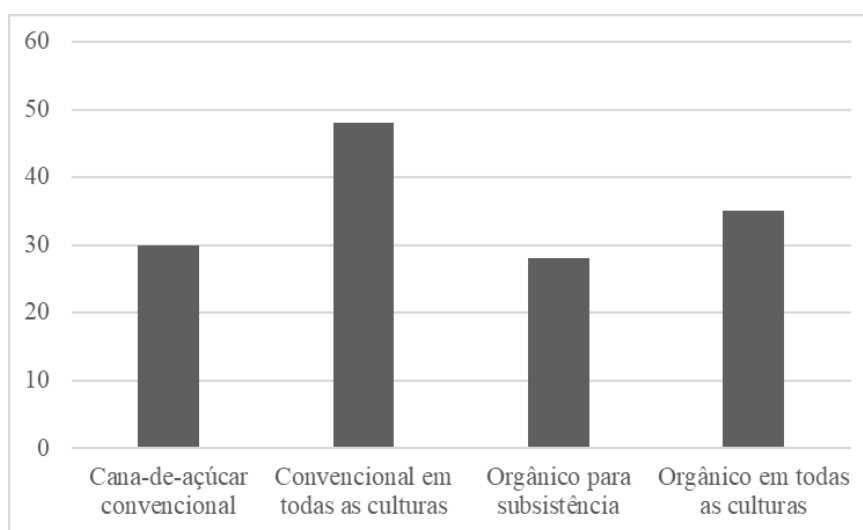


Figura 6 -Sistemas produtivos (%) reproduzidos nos lotes do assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

Em relação às práticas de manejo, o uso de adubação química é evidenciado em 68% dos entrevistados, adubação orgânica 11% e tanto insumos químicos e orgânicos 21% (Figura 7). E com relação ao uso de agrotóxicos 44% utilizam em toda a produção, 35% não utilizam, 17% utilizam apenas na cana-de-açúcar e 4% utilizam apenas na banana (Figura 8).

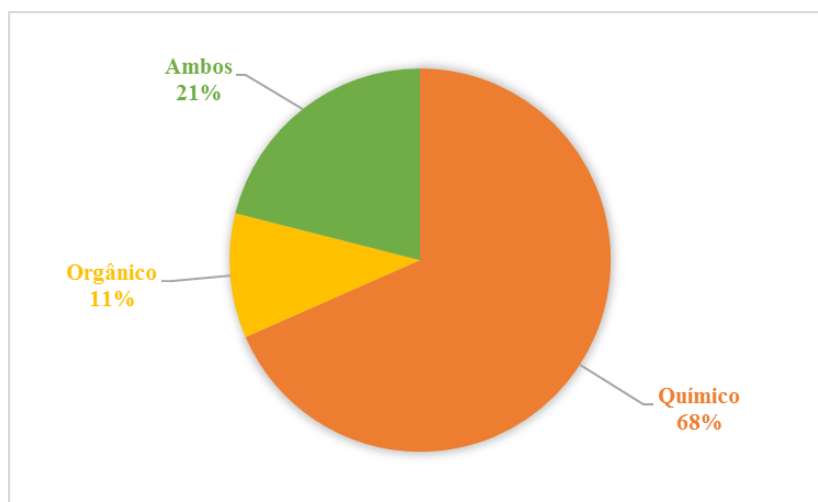


Figura 7- Utilização de adubos para o manejo das culturas no assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

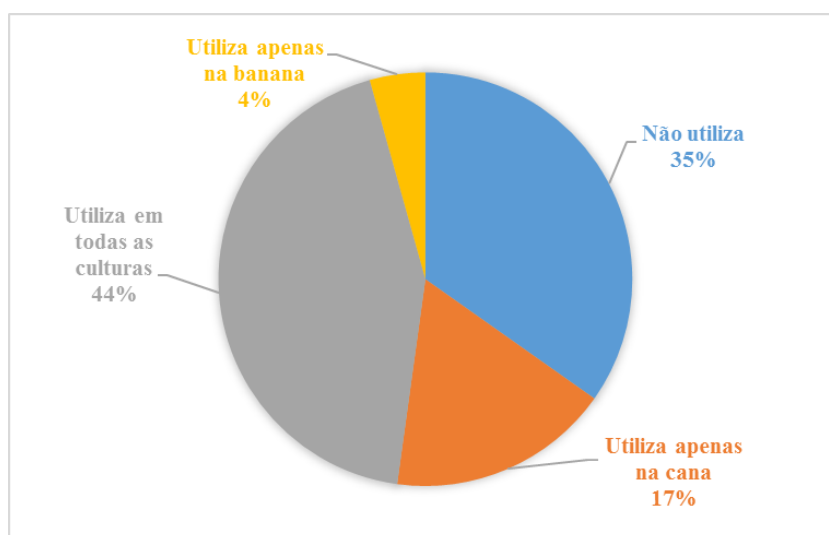


Figura 8 -Utilização de agrotóxicos para o manejo das culturas no assentamento Canafistula, Jacuípe, Alagoas.

A adubação orgânica utilizada nas culturas é essencialmente esterco bovino e de aves. Os agricultores que não utilizam agrotóxicos, explicam que não utilizam por falta de necessidade já que não cultivam em larga escala, e por não perceberem sinais de danos nas culturas para o uso, em alguns casos a não utilização se dá pela preocupação com a saúde e o meio ambiente. Os que utilizam os agrotóxicos, seja em apenas parte das culturas ou em todas, afirmam que utilizam para o controle de pragas que acometem suas plantações, são utilizados por eles de forma preventiva e controle quando há forte incidência.

Apenas 31% dos entrevistados afirmaram ter acesso em algum momento à assistência técnica ou crédito rural. É válido salientar, que os agricultores e agricultoras tiveram acesso à assistência técnica e/ou crédito rural apenas no período de estabelecimento do assentamento nos anos 1998 a 2000, portanto atualmente os assentados não são assistidos efetivamente por programas relacionados à extensão rural.

Extensão rural, assistência técnica e crédito rural são importantes instrumentos de modificações com resultados rápidos e efetivos para a agricultura familiar. Em Alagoas são necessárias medidas de incorporação de novos métodos de produção e gestão, disseminação de novas práticas e tecnologias agrícolas a fim de realizar uma mudança radical nos indicadores de desenvolvimento e produção rural. O Estado tem apresentado experiências exitosas, que demonstram como a agricultura familiar pode trazer desenvolvimento local, como o caso da Cooperativa Pindorama na região Sul do estado (CARVALHO, 2005; LEMOS, 2006; LIMA, 2012; SILVA; ROCHA, 2014), Citricultura no Vale do Mundaú (FERREIRA et al., 2013) e a Horticultura no Agreste (LIBERATO, 2016). Esses exemplos exitosos são frutos de iniciativas como cooperativas e associações que com apoio do governo conseguiram desenvolver e consolidar nichos de produção.

Na Zona da Mata Norte, a atuação do Estado e municípios é escassa e esporádica. No caso do assentamento Canafístula, os agricultores só tiveram apoio de técnicos e programas do governo no começo do assentamento nos anos de 1998 a meados dos anos 2000. Segundo os entrevistados e o representante da Associação de Cooperação Agrícola dos Produtores Rurais do Assentamento Canafístula, as visitas de órgãos públicos voltados para a assistência técnica e extensão rural são inexistentes há muito tempo. Os entrevistados desconhecem das principais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar como o PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de as visitas do INCRA e as sementes vindas do órgão serem distribuídas de forma esporádicas, ainda não atendem as necessidades dos agricultores seja pela qualidade ou pela quantidade. Outro agravante é o cadastro do DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), onde nem todos os agricultores são cadastrados, devido aos representantes do assentamento terem dificuldades para a negociação e buscar informações nos órgãos municipais, estaduais e federais.

Os dados referentes ao acesso à assistência técnica e ao crédito rural são reflexo do nível de alcance da agricultura familiar às políticas públicas para melhoria dos índices produtivos dos estabelecimentos. No estado de Alagoas apenas 4% dos estabelecimentos rurais tem acesso à assistência técnica, e 4% são assistidos de forma ocasional e para mais de 90% dos assentados é inexistente o acesso a programas de extensão rural, assistência técnica e crédito rural (ALAGOAS, 2016). Esses dados revelam a ausência ou ineficácia das políticas públicas para o desenvolvimento agropecuário do Estado para a agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modos de interação da agricultura familiar com os mercados podem se mostrar em graus variados e assumir múltiplas formas. Em alguns casos a agricultura familiar cria mecanismos de resistência, em outros casos acabam sucumbindo às dinâmicas capitalistas e se incorporando aos mercados. No caso do

assentamento Canafístula, há incorporação de parte da produção no mercado canavieiro. A reprodução da monocultura da cana-de-açúcar no assentamento é reflexo das adversidades enfrentadas pelas famílias, condicionantes como revelo, recursos hídricos, difícil acesso, degradação do solo, ausência de políticas públicas. No entanto, os agricultores familiares assumem dinâmicas de diversificação da produção para o enfrentamento das vulnerabilidades futuras.

Mesmo com os importantes avanços da agricultura familiar, como a conquista de territórios pela Reforma Agrária, seu reconhecimento pela lei da agricultura familiar e a criação de políticas públicas, a agricultura familiar no estado de Alagoas ainda é bastante marginalizada. No assentamento Canafístula as dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico das unidades familiares são resultantes da falta de extensão rural, assistência técnica e acesso ao crédito rural. Apesar das adversidades, os agricultores e agricultoras do assentamento estudado são responsáveis pelo abastecimento de alimentos, garantindo a soberania alimentar dos municípios da região.

Para a transformação da realidade da agricultura familiar no Brasil é de grande importância estudos que evidenciem os erros e contradições existentes no meio rural, para que a partir desses dados possa subsidiar mudanças para a melhoria nas condições de vida dos agricultores e agricultoras e, com isso, também melhorias para a sociedade. Este estudo expande as possibilidades para análises mais profundas sobre as características da agricultura familiar e assentamentos rurais do estado de Alagoas, comparação de modelos de produção e aspectos de organização social coletiva dessas comunidades.

A reforma agrária é um importante avanço para a redução das desigualdades fundiárias do nosso país, no entanto apenas a redistribuição de terras não é suficiente para igualar as possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar com o agronegócio. É necessário que se apliquem as ferramentas já existentes e criem outras adaptadas a cada realidade, pois se não houver uma eficiente distribuição de recursos, os agricultores estarão fadados a continuar reproduzindo modelos agrícolas que não são desenhados para eles, os condicionando a se incorporar em mercados desfavoráveis para suas dinâmicas produtivas e impedindo seu devido desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas/Alagoas. Maceió: SEPLAG, 2016.

ANJOS, F. S. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFE, 2003. 374p.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso: 10 de mar. 2019.

BRUMER, A.; PAULILO M. I. As agricultoras do Sul do Brasil. *Revistas de Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 171, jan., 2004.

CARVALHO, C. P. Pindorama: a cooperativa como alternativa. *Série Apontamentos*, nº 50. Maceió: Edufal, 2005.

CARVALHO, A. C. A.; SILVA, J. M.; SANTOS, T. M. C.; LIMA, C. D.; COSTA, J. H. Q. Perfil social e caracterização da produção agrícola no acampamento Lajeiro, em Messias, Alagoas. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 10, p. 20387-20395, jan./dez., 2019.

Central Única Dos Trabalhadores - CUT. Proposta para um projeto de lei agrícola. São Paulo: CUT, 1991.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 27-40, 2008.

FERREIRA, J. T. P.; FERREIRA, E. P.; PANTALEÃO, F. S.; ALBUQUERQUE, K. N.; FERREIRA, A. C. Citricultura em Santana do Mundaú, Alagoas, Brasil: histórico, evolução e oportunidades. *Citrus Research & Technology*, v. 34, n. 1, p. 1-8, 2013.

FONSECA, W. L.; FONSECA, W. J. L.; OLIVEIRA, A. M.; VOGADO, G. M. S.; SOUSA, G. G. T.; SOUSA, T. O.; SOUSA JÚNIOR, S. C.; LUZ, C. S. M. Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro. *Nucleus*, v. 12, n. 1, p. 233-240, abr., 2015.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2019. 248p.

GOMES, M.; FAVARETTO, T. A agricultura familiar diante da expansão da cana-de-açúcar: subsídios para reflexão. *Repórter Brasil*, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjYgIeOyMPpAhXHHkGHavD3YQFjAAegQIAhAB&url=https%3A%2F%2Frepporterbrasil.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F05%2FCana_agricultura_familiar.pdf&usg=AOvVaw2HstkgBG64IqGCXtmwEqSSX>. acesso: 20 de março de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2010. Resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab6.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2016. Censo 2016. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Resultados definitivos Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/agricultura.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Assentamentos em Alagoas. In: Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/assentamentos-em-alagoas> Acesso: 21 de março de 2020.

LEMOS, J. R. René Bertholet e Pindorama: um sonho que deu certo. Pindorama, 2006. 80p.

LIBERATO, J. S. A mudança da monocultura do fumo no agreste alagoano: seus arranjos produtivos locais e os impactos na estrutura social. *International Journal Business Review*, v. 1 n. 2, p. 66-75, abr., 2016.

LIMA, C. M. D. Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama – Alagoas. Recife: UFPE, 2012. 300p.

LINHARES, M. Y.; SILVA, T. História social da agricultura: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170p.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004, 173p.

PERLISSON, G. V. As alternativas da agricultura familiar como estratégia de manutenção e permanência no espaço rural do município de Tabapuã-SP nas sucessivas expansões de monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar. 2016, 116f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e exatas.

SANTOS, V. C. Desafios da agricultura familiar no município de Urbano Santos – MA. 2017, 33 f. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 3, n. 2, p. 227-263, mai./ago., 2014.

SCHNEIDER, S.; NIERDELE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.) *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa informação tecnológica, pp. 989-1014, 2008.

SILVA, S. P.; ROCHA, C. C. Cooperativa Pindorama: um Histórico de Trabalho Coletivo e Desenvolvimento Territorial. *Economia Solidária e Políticas Públicas*, v. 12, n. 1, p. 95-105, fev., 2014.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIRA, P. F. A. Desenvolvimento local e familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema-Paraná. *INTERAÇÕES*, v. 10, n. 1, p. 21-30, jun. 2009.

VERAS, E. C. Agricultura familiar em Alagoas: elementos para discussão. In: VERAS, E. C.; AMARAL, M. V. B. (Org.). *Capital x Trabalho no Campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético*. Maceió: EDUFAL, pp. 85-111, 2011.

VINCIGUERA, A. P. Agricultura Familiar – Uma Análise do Pequeno Produtor Rural no Município de Assis/SP. Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA: Assis, 2014. 33p.